



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

PARECER - TJ/AM/AJAP/TJ

Trata-se de processo administrativo instaurado no âmbito do Pregão Eletrônico nº 007/2026, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de 3 (três) elevadores de passageiros novos, incluindo todos os componentes e acessórios necessários, no Prédio do Centro de Práticas Pedagógicas do Tribunal de Justiça do Amazonas.

No curso da análise da condição de participação da empresa licitante melhor classificada, **RLV MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **56.096.312/0001-03**, identificou-se, a partir do Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do fornecedor (2710014), a existência de sanções administrativas anteriormente aplicadas à pessoa jurídica **RLV ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº **30.296.870/0001-10**, tendo-se constatado, ainda, a coincidência de CPFs de pessoas físicas vinculadas a ambas as pessoas jurídicas, circunstância que, em tese, pode revelar comunhão subjetiva relevante para fins de aferição dos efeitos da penalidade.

Assim, em razão do registro de sanção nos sistemas oficiais e de seus potenciais reflexos sobre a aptidão da licitante para contratar com a Administração Pública, a SECOP encaminhou os autos a esta Assessoria Jurídica (2710029) para manifestação quanto à sua viabilidade no certame.

É o relatório.

Saliente-se, inicialmente, que a presente análise está adstrita aos aspectos jurídicos que permeiam a solicitação objeto dos autos, estando ressalvados, desde logo, quaisquer aspectos técnicos, econômicos, financeiros e/ou orçamentários não abrangidos pela alçada desta Assessoria Jurídica.

1) Ocorrência Impeditiva Indireta. Empresas do Mesmo Grupo Econômico ou com Sócios em

Comum

Quanto à matéria, embora a Lei nº 8.666/1993 e sua sucessora, a Lei nº 14.133/2021, não prevejam expressamente a hipótese de, em um mesmo certame, participarem empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico ou cujos sócios mantenham relação de parentesco, o Tribunal de Contas da União entende que a simples participação de tais empresas em processo licitatório não configura, por si só, irregularidade. Nesse sentido:

“Não existe vedação legal à participação, no mesmo certame licitatório, de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco, embora tal situação possa acarretar quebra de isonomia ente as licitantes. **A demonstração de fraude à licitação exige a evidenciação do nexa causal entre a conduta das empresas com sócio sem comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação (...)**” (TCU, Acórdão 2803/2016 - Plenário, Representação, Relator Ministro Substituto André de Carvalho)

No âmbito do Sistema Nacional de Tribunais de Contas, observa-se que diversos tribunais estaduais e municipais têm adotado posicionamento consonante ao entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União. Entre esses, destacam-se, por sua relevância e uniformidade de jurisprudência, os Tribunais de Contas de Pernambuco e do Mato Grosso do Sul, os quais reconhecem que a participação, em um mesmo certame, de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico ou cujos sócios mantenham relação de parentesco não configura, por si só, irregularidade, se não vejamos:

“(…) a participação em processo licitatório de empresas do mesmo grupo econômico ou cujos sócios em comum tenham relação de parentesco não constitui, só por si, irregularidade (...) **a simples presença de sócios em comum não constitui conduta vedada pelo ordenamento jurídico. Tampouco é elemento suficiente para se concluir pela ocorrência de**

“A simples existência de relação comercial, amizade ou parentesco entre sócios de distintas empresas ou sócios em comum não demonstra, automaticamente, a caracterização de fraude pela participação dessas empresas numa mesma licitação, fazendo-se indispensável a demonstração da prática de ato com intuito de frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação. Inexistindo nas condutas reportadas relevância jurídica compatível com o comprometimento do certame, a denúncia merece improcedência, que enseja o arquivamento do processo” (TCE/MS, Acórdão 2213/2022 – Pleno, Processo: TC/5696/2021, Relator: Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo)

Saindo do âmbito do Sistema dos Tribunais de Contas, observa-se que o cenário no Poder Judiciário segue linha semelhante, adotando entendimento convergente:

“I. Não se depura do exame da legislação correlata a existência de vedação apriorística quanto à participação de licitantes com sócios em comum, ou com relação de parentesco, em um mesmo procedimento licitatório. II. Neste jaez, aflora que a alegativa de quebra de isonomia entre os participantes, com prejuízo do caráter competitivo do processo de seleção da proposta, depende de demonstração concreta, colhida do exame da prova documental pré constituída nos autos. III. Não evidenciada a circunstância da violação a princípios administrativos, ou mesmo frustração da competitividade do procedimento licitatório, não há que se cogitar a anulação do certame.”
(TJGO, 5478981.60.2017.8.09.0036, REEXAME NECESSÁRIO E RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL, AMÉLIA MARTINS DE ARAÚJO - (DESEMBARGADOR), 1ª Câmara Cível, Publicado em 25/04/2019)

No caso sob exame, concernente à licitante **RLV MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 56.096.312/0001-03**, apurou-se a existência de coincidência de números de CPF de pessoas físicas vinculadas tanto a essa empresa quanto à pessoa jurídica **RLV ENGENHARIA LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 30.296.870/0001-10**, a qual se encontra atualmente submetida à sanção administrativa de Impedimento de Licitar e Contratar, aplicada no âmbito da União, pela **Coordenação Regional Dourado - MS**, com fundamento no **art. 7º da Lei nº 10.520/2002**, cujo teor dispõe:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Da análise do alcance jurídico da penalidade aplicada, verifica-se que a sanção administrativa em questão, vigente no período compreendido entre **11/07/2023** e **11/07/2029**, possui seus efeitos estritamente circunscritos ao âmbito do órgão sancionador, qual seja, a União, inexistindo comando normativo que autorize, de forma automática ou presumida, a extensão de seus efeitos a contratações firmadas com órgãos ou entidades pertencentes a outros Poderes ou entes federativos diversos.

Com efeito, embora o **art. 7º da Lei nº 10.520/2002** faça referência à impossibilidade de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a interpretação sistemática e conforme os princípios da legalidade estrita, da tipicidade das sanções administrativas e da segurança jurídica impõe a conclusão de que a eficácia concreta da penalidade deve observar os limites definidos no ato sancionador e no âmbito de competência do órgão que a aplicou, não se admitindo sua ampliação por analogia ou presunção.

Outrossim, cumpre assinalar que a sanção administrativa em apreço ostenta natureza personalíssima e subjetiva, recaindo exclusivamente sobre a pessoa jurídica formalmente sancionada, em razão de condutas a ela diretamente imputadas no respectivo processo administrativo sancionador.

Não obstante, igualmente verifica-se ainda a existência de sanção aplicada no âmbito da União, pelo **Tribunal Regional Eleitoral do Pará** com fundamento no **art. 156, inciso III, da Lei 14.133/2021**, cujo teor dispõe:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

[...]

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Da análise do alcance jurídico da penalidade aplicada, verifica-se que a sanção administrativa em questão, vigente no período compreendido entre **10/11/2025** e **10/02/2026**, produz efeitos estritamente limitados ao âmbito federativo do ente que a aplicou, qual seja a União, não irradiando, portanto, repercussões sobre contratações no âmbito estadual, somando-se a esse aspecto, conforme já anteriormente consignado, a sua natureza personalíssima e subjetiva, que impede a extensão de seus efeitos a pessoas jurídicas diversas da sancionada.

Por fim, restou-se identificado a existência de sanção aplicada pela **ECT - Diretoria Regional de Minas Gerais**, com fundamento no **art. 83, inciso III, da Lei 13.303/2016**, cujo teor dispõe:

Art. 83. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Da análise do alcance jurídico da penalidade aplicada, verifica-se que a sanção administrativa em questão, vigente no período compreendido entre **17/12/2024** e **17/05/2026**, produz efeitos estritamente circunscritos ao ente que a impôs, qual seja a ECT – Diretoria Regional de Minas Gerais, não se estendendo, portanto, a pessoas jurídicas diversas.

Nessa perspectiva, a mera coincidência de vínculos pessoais, desacompanhada de elementos objetivos que demonstrem identidade material entre as pessoas jurídicas envolvidas ou a utilização de expediente ardiloso destinado à burla do regime sancionatório, não se revela juridicamente suficiente para obstar a participação da licitante **RLV MANUTENCAO E SERVICOS LTDA** no certame ou para impedir sua eventual contratação por esta Corte de Justiça.

2) Conclusão

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica conclui que, à luz da análise minuciosa dos autos e do arcabouço normativo aplicável, **não se identifica óbice de ordem jurídica à participação da licitante RLV MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **56.096.312/0001-03**, no Pregão Eletrônico nº **007/2026**, inexistindo fundamento legal que justifique seu afastamento do certame.

É o parecer.

Manaus/AM, data registrada do sistema

(assinado digitalmente)

Raphael Guidão Marques

Diretor da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **RAPHAEL GUIDÃO MARQUES, Diretor(a)**, em 10/02/2026, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2712373** e o código CRC **B9623161**.